

Lula sobre alimentos: “Se está caro, não compra”

Fala do presidente sobre “processo educacional” gera críticas

Por Karoline Cavalcante

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou nesta quinta-feira (6) que a população brasileira precisa passar por um “processo educacional” para evitar a compra de alimentos com preços elevados, sugerindo que a troca por produtos similares pode ser uma solução. Segundo Lula, essa “conscientização” ajudaria a reduzir os preços. A declaração foi feita durante uma entrevista às rádios baianas Metrópole e Sociedade.

“Uma das coisas mais importantes para que a gente possa controlar o preço é o próprio povo. Se você vai ao supermercado e você desconfia que tal produto está caro, você não compra. Se todo mundo tiver consciência e não comprar aquilo que acha que está caro, quem está vendendo vai ter que baixar para vender, porque, senão, vai estragar”, disse o chefe do Palácio do Planalto.

Processo educacional

Segundo o petista, é da sabedoria do ser humano não comprar um produto que é ofertado em preços excessivos. “Esse é um processo educacional que nós vamos ter que fazer com o povo brasileiro. É necessário que a gente faça isso. O povo não pode ser extorquido. A pessoa sabe que a massa salarial cresceu, que o salário aumentou, aí aumenta o preço”, acrescentou.

Ele defendeu que “ninguém pode explorar ninguém” e pediu por responsabilidade em todos os setores da cadeia produtiva, afirmando que o seu objetivo é garantir aos trabalhadores o poder de compra. “Minha briga é para tentar fazer com que os preços cheguem a caber dentro do salário do trabalhador”, finalizou Lula.

A declaração, no entanto,



Ricardo Stuckert/PR

Para Lula, comprar caro é questão de “educação”

gerou críticas e ironias de parlamentares da oposição. Nas redes sociais, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) comentou sarcasticamente que, para o governo, “basta que os brasileiros parem de comer, beber e se deslocar que os preços caem”.

“Se o arroz está caro, é só não comer. Se o gás está caro, é só não cozinhar. Se a gasolina está cara, é só ficar em casa. Nada de cortar gastos nos ministérios, colocar gente competente nas estatais ou gerir melhor a economia”, disse o Nogueira.

Inflação

Na avaliação de Lula, a responsabilidade pela inflação dos alimentos foi da gestão anterior do Banco Central, quando Ro-

berto Campos Neto presidia a autarquia. “Tivemos um aumento do dólar porque tivemos um Banco Central totalmente irresponsável, que deixou uma ‘arapuca’ que a gente não pode desmontar de uma hora para outra. Eu disse outro dia que a gente não pode dar um cavalo de pau num navio do tamanho do Brasil. É preciso que a gente tenha juízo, faça as coisas com cuidado”, afirmou o presidente.

2026

Em relação às recentes pesquisas eleitorais da Quaest, que indicaram uma queda em sua popularidade, Lula considerou que é cedo para comentar os resultados, pois “ninguém é candidato com tanto tempo de

antecedência”, mas garantiu que, se depender dele, o negacionismo não voltará a governar o país. Em menção ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mas sem citar nomes, o petista afirmou que o derrotaria em um novo pleito.

“Se depender de mim, a democracia vai derrotar o negacionismo. E se o cidadão que foi presidente, com as bravatas que ele fala, com as mentiras que ele conta, com as provocações que ele faz, quiser ser candidato, ele sabe que eu o derrotei quando eu era oposição e ele estava com a máquina na mão”, iniciou. “Se esse cidadão acha que vai voltar, pode tirar o cavalo da chuva. Quantas vezes ele for candidato, quantas vezes eu vou derrotá-lo”, acrescentou Lula.

Moraes defende revistas íntimas, em alguns casos

Por Karoline Cavalcante

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou nesta quinta-feira (6) o julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 959620, que aborda a legalidade da revista íntima para entrada de visitantes em presídios e a validade das provas obtidas por meio desse procedimento. A Corte, no entanto, adiou a continuidade das discussões por uma semana.

O STF, assim, segue julgando casos relacionados à segurança pública, depois de na terça-feira (5) abordar a chamada Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) das Favelas.

O ministro Edson Fachin, relator do caso, manteve sua posição anterior e votou pela ilegalidade da revista íntima, alterando a formulação do documento apenas para incorporar as contribuições dos demais ministros. Em seu entendimento, a tese pode ser desdobrada em cinco pontos principais, que incluem a proibição a retirada das roupas íntimas ou a inspeção das cavidades corporais com base em critérios subjetivos e discricionários; a ilicitude da prova obtida de revista vexatória e o poder da autoridade administrativa em proibir a visita caso haja indícios do visitante portar itens ocultos.

Além disso, fixa um prazo de 24 meses, a partir da data do julgamento, para a aquisição



Gustavo Moraes/STF

Moraes: revistas superficiais são ineficazes

e instalação de equipamentos como scanners corporais, esteiras de raio-X e portais detectores de metais. Durante esse período, ou até que esses dispositivos estejam em funcionamento nas instituições prisionais, estabelece a permissão da revista pessoal, desde que, porém, não seja vexatória.

Divergência

O ministro Alexandre de Moraes, que já foi ministro da Justiça e secretário de Segurança Pública de São Paulo, abriu divergência. Ele apresentou números. Sustentou que, considerando as 494.571 pessoas que fizeram visitas a presídios nos últimos dois anos, aconteceram 625 mil apreensões de objetos impróprios com elas. Ou seja, 1,4 apreensão por visitante, em

média. Ele ressaltou que a maioria dos objetos apreendidos são drogas, celulares, componentes de celulares, armas brancas e de fogo. Para Moraes, esses itens nunca são encontrados por meio de revistas superficiais, uma vez que os visitantes não os colocam em bolsos, na cintura ou nos bolsos. “Essas apreensões ocorrem ou embaixo das roupas íntimas ou em cavidades do corpo. Esse é o dado real com o qual devemos lidar. Revistas superficiais não têm eficácia”, afirmou o ministro.

Em sua argumentação, o ministro concluiu que, na ausência de scanners corporais, esteiras de raio-X e portais detectores de metais, a revista íntima deverá ser motivada em cada caso específico, e dependerá da concordância do visitante. A revista, pela pro-

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Defesa Civil

Problemas no forro foram detectados há cerca de seis meses

Teto da igreja passou por reforma superficial

Há cerca de seis meses, a ordem religiosa responsável pela Igreja de São Francisco, em Salvador (BA), fez uma manutenção emergencial no teto que acabaria desabando na última quarta.

O concerto, porém, não foi feito na estrutura que sustentava o teto, apenas no revestimento de estuque usado na época da construção.

A informação é da ar-

quiteta Antonela Solé, diretora-executiva da Solé Associados, empresa contratada em 2023 pelo Iphan para fazer os projetos executivos para a reforma da igreja.

Segundo ela, seus técnicos detectaram que havia peças soltas no forro. A Ordem Primeira de São Francisco, então, providenciou o reparo, feito apenas nessa camada decorada.

Sujeira

A arquiteta ressalta que, naquele momento, a sujeira acumulada entre o telhado e o revestimento do teto impedia o acesso ao local, à estrutura que sustentava o forro. A presença de uma grande infestação de cupins por lá já tinha sido detectada e relatada.

Imagens

Nesta primeira fase, o trabalho da Solé consistiu em fazer imagens do interior e do telhado da igreja. Os profissionais também traçaram o que Antonela chama de “nuvem de pontos”, um processo que permite escanear prédios e produz imagens em 3D, com alta definição.



Foto de leitora/Thaís Velloso

Teto de madeira que desabou

Empresa culpa desmonte do Iphan por atrasos

Antonella diz que, diferentemente do previsto, os projetos executivos não ficaram prontos em maio deste ano. Ela atribui o problema ao sucateamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorrido no governo passado, de Jair Bolsonaro.

De acordo com ela, a falta de pessoal compro-

mete o andamento dos trabalhos, já que o Iphan precisa aprovar cada etapa concluída e, assim, autorizar o pagamento à empresa e a continuidade dos serviços. Um processo que ficou muito lento.

Como a coluna mostrou ontem, o Iphan só pagou duas parcelas de R\$ 37.748,87 à Solé. O contrato é de R\$ 1,218 milhão.

Pedidos

A arquiteta lamenta a morte da jovem e o desabamento, que poderiam ter sido evitados se o processo de recuperação tivesse começado há mais tempo. Diz que há anos que os frades franciscanos pedem o início dos trabalhos de reforma da igreja e do convento.

Reconstrução

A diretora-executiva da Solé afirma que o trabalho feito servirá como base para uma reconstrução detalhada do teto que desabou. Isso porque tudo o que havia na igreja foi fotografado e escaneado, o que gerou uma grande quantidade de imagens em 3D.

Celeridade

Segundo ela, a tragédia deverá dar celeridade aos trabalhos dentro do governo. Mas ressaltou que a recuperação de uma instituição como o Iphan não é rápida, depende de concursos públicos, de contratações de pessoas capazes de avaliar o andamento das obras.

Atrasos

Apesar de a licitação ter ocorrido em outubro de 2023 e o contrato assinado dois meses depois, os serviços só foram iniciados depois de uma reunião em março de 2024. Sete meses depois, o Iphan anunciou a assinatura de ordem de serviço relativa aos trabalhos.